

“Geléia geral” impera quando tema é Amazônia

ROGER FERREIRA
Da Redação

Os candidatos à Presidência não resistem à demagogia e à generalidade ao tratar da questão amazônica, um dos desafios mais complexos do próximo presidente. A maioria dos candidatos revela pouca familiaridade com a heterogeneidade e diversidade dos problemas da região.

Fernando Collor de Mello (PRN) se especializou na generalidade. Afirma que seu compromisso é “explorar sem destruir, preservar a selva sem prejudicar o povo do Amazonas”. Sobre a forma de consegui-lo, limita-se a afirmar que “nenhum projeto mineral, pecuário ou agrícola será executado em áreas de proteção ambiental”. O candidato não esclareceu que as reservas minerais surgem indiferentes à sua localização em “áreas de proteção ambiental” ou não.

O candidato do PT, Luis Inacio Lula da Silva, caprichou nas propostas irrealizáveis. Defendeu a “revisão pelo Congresso dos preços dos minérios estratégicos exportados”. O Congresso Nacional nada pode fazer em relação aos preços dos minérios exportados, pois não pode impor cartorialmente a outros países preços que são definidos pelo mercado internacional. Lula propõe a suspensão da construção de hidrelétricas por seu impacto ambiental, não atentando para o rápido crescimento econômico e populacional da região.

Paulo Maluf (PDS) resolveu assumir a condição de amigo número 1 das árvores. Para ele, é viável desenvolver a região sem qualquer impacto ambiental. Isto é impossível, já que mesmo a “exploração racional” implica em alguma destruição. Defende a mineração “fora da mata úmida” e a agricultura “apenas nas áreas onde não seja necessário remover a mata”. Maluf defende a construção de hidrelétricas e a extensão da BR-364, rodovia que hoje liga Cuiabá (MT) a Rio Branco (AC), até a costa do Peru, no oceano Pacífico. Apesar de seu interesse econômico inegável por aproximar os produtos brasileiros do mercado asiático, a rodovia é polêmica pelos impac-

tos ambientais que pode ocasionar. Para Maluf, “os danos de uma rodovia na mata densa são praticamente nulos”. Basta ver o mapa ao lado para constatar que a destruição ocorre ao longo dos rios e estradas.

Mario Covas (PSDB) apóia a suspensão da construção de hidrelétricas e afirma que, em seu governo, “todas as obras de infraestrutura para melhorar a qualidade de vida serão feitas”.

Roberto Freire (PCB) critica a idéia de se preservar a Amazônia como um “santuário fechado” e defende a exploração econômica da região através de projetos condicionados a estudos do impacto ambiental. Para ele, a agricultura deve ser incentivada a partir de projetos-piloto, e a pecuária restrita ao cerrado. Freire garantiria as hidrelétricas e a “rota do Pacífico” através da BR-364 ou uma ferrovia.

“Fundação Cândido Mariano Rondon” é a expressão-chave do candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, para tratar da Amazônia. A fundação — formada pelo governo, cientistas, empresários e membros das comunidades — teria como tarefa formular o “pacto ecológico”, que teria a máxima “quem polui paga”.

Ulysses Guimarães (PMDB) pretende impedir o desmatamento acelerado “através da abordagem policial da floresta e criando oportunidades de emprego para milhões de brasileiros”.

Aureliano Chaves (PFL) respondeu as perguntas da Folha com uma ingenuidade comovedora. “Considero lesivo aos interesses nacionais o rápido desmatamento praticado por pessoas que, por ignorância pura ou má fé, violentam o meio-ambiente.”

O senador Affonso Camargo (PTB) se especializou na questão indígena. Para proteger os índios, pretende “fortalecer a presença de antropólogos e indigenistas brasileiros junto às comunidades, pois a preservação passa pela nossa presença junto às mesmas”. Não é provável que os milhares de índios ainda não-contatados da Amazônia queiram a companhia dos “civilizados”.

Leonel Brizola (PDT) e Ronaldo Caiado (PSD) não responderam as perguntas da Folha.



Área devastada - Para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 40 mil km ² (6% da floresta) foram desmatados. A taxa de devastação anual é de cerca de 35 mil km ² . As queimadas para a agropecuária e a exploração de madeira são os principais causos.	Reservas indígenas - Segundo a Funai, há 220 mil índios no Brasil, dos quais 136 mil na Amazônia. A colonização causou a morte de dezenas de milhares de índios. Há cerca de 15 mil índios ainda não-contatados na região.	Reservas minerais - A região contém 97% das reservas brasileiras de bauxita, 48% de manganês, 77% de estanho e grandes reservas de ferro e ouro. A exploração é feita por poucas e grandes empresas e por milhares de garimpeiros.	Hidrelétricas - A Eletrobrás tem plano para construir 79 usinas até 2010. O projeto é polêmico pelo impacto que as represas artificiais causam ao meio-ambiente.	Estradas - Há inúmeros projetos (linhas tracejadas no mapa) que visam integrar a região. Estudos mostram que as queimadas e desmatamentos ocorrem ao longo dos leitos das estradas e rios.
--	---	---	---	---

VERDADES	MENTIRAS
“Queimadas alteram o clima do planeta” — VERDADE Floresta é importante fonte de calor para a circulação atmosférica. Sua destruição causaria o aquecimento do planeta (efeito estufa).	“Cobertura vegetal funciona como ‘pulmão do mundo’” — MENTIRA O oxigênio produzido durante o dia é reabsorvido à noite. A floresta é importante por “filtrar” grandes quantidades de dióxido de carbono da atmosfera.
“Amazônia leva 20% da água doce dos rios para os oceanos” — VERDADE A bacia é a maior do mundo. Só o rio Amazonas descarrega 175 mil metros cúbicos de água por segundo em sua foz.	“Desmatamento fará surgir deserto” — MENTIRA Ventos alísios continuariam trazendo umidade.
“Brasil tem a maior área de floresta tropical do mundo” — VERDADE As estimativas variam entre 261 e 350 milhões de hectares, muito superior às florestas da Indonésia e Zaire.	“Região pode ser o ‘celeiro do mundo’” — MENTIRA Mais de 80% de seu solo não são adequados à agricultura. As queimadas deixam o solo apto ao cultivo apenas por alguns anos, depois esgota-se.

“Constituição protege índios”

Da Redação

A Constituição é a principal arma que os candidatos pretendem utilizar para garantir a sobrevivência das comunidades indígenas amazônicas, ameaçadas cada vez mais pelos garimpeiros e pelos projetos agrícolas.

Para cumprir o previsto na Constituição, Collor afirma que o Brasil deve “aceitar a cooperação internacional” e controlar a implantação de projetos privados.

Lula defende como solução a reforma agrária, que “distribuirá terras a colonos, posseiros e garimpeiros que muitas vezes invadem terras indígenas na falta de alternativas para a sobrevivência”. O candidato petista pretende “dar autonomia às nações indígenas e apoio às suas

entidades representativas”.

Aureliano afirma que as comunidades indígenas devem ser preservadas, “mas aos índios devem ser dados os direitos da cidadania: educação, saúde, alimentação etc.”. Para Afif, a “Fundação Rondon” será o fórum para se conseguir soluções para os índios.

Freire e Maluf afirmam que farão cumprir a proteção às reservas indígenas já delimitadas, mas que ainda não passam de abstrações cartográficas. Freire quer combinar reforma agrária com “a força da polícia, se for necessário” contra os invasores das reservas. Ele defende também a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai) “pelo que teve de ineficiência” e a criação de um novo fórum. (RF)

Zoneamento ecológico e econômico é condição para planejamento

AZIZ AB'SÁBER
Especial para a Folha

A metade norte do Brasil, que possui espaço geográfico equivalente ao território de países muito extensos (a Amazônia brasileira, mesmo tomada senso stricto, é maior que a Argentina), foi por muito tempo o grande espaço físico e ecológico oferecido à imaginação inconsequente dos tecnocratas, destituídos de qualquer noção de escala, senso da realidade empírica e responsabilidade pelas propostas fantasiosas colocadas em mapas.

É necessário, como condição para a eficiência de qualquer projeto, um zoneamento ecológico e econômico da Amazônia. É necessário buscar as vocações de

cada componente ou célula espacial, inserida em conjuntos maiores do espaço regional. Isso exige conhecimento do mosaico dos solos, a detecção das tendências de abuso econômico ou especulativo dos espaços rurais, urbanos e rururbanos; o balanço da economicidade dos sistemas de exploração propostos; os espaços livres à exploração econômica; os tipos de módulos rurais passíveis de serem instalados nos espaços liberados à exploração econômica; os fatores de apoio às atividades agrárias e o balanço das carências e deficiências das infra-estruturas preexistentes.

A subdivisão da Amazônia em espaços geográficos regionais de menor ordem de grandeza e, portanto, de menor escala, atende a muitas exigências do plane-

jamento e da administração.

A permissividade vigente para desmatamentos na região é um convite ao ecídio, sobretudo porque se permite a supressão de 50% das florestas de uma gleba qualquer, sem colocar qualquer condicionante relacionado ao tamanho destas glebas; ao tempo definido para se atingir o limite do desmatamento; às exigências especiais quanto à técnica de manejo e controle da economicidade financeira e social dos empreendimentos.

Com base em observações de campo e longas meditações sobre o destino das terras amazônicas, elaborei um pequeno quadro para controlar a abertura de clareiras para cultivos experimentais, segundo o tamanho médio de cada grupo de propriedades e

alguns parâmetros para avaliação e controle da economicidade das atividades e o teor das técnicas utilizadas pelos proprietários.

Em relação a propriedades pequenas, destinadas ao abastecimento alimentar imediato de populações urbanas e rurais, sugeri percentual de desmatamento máximo de 30%. Depois, em relação a propriedades grandes ou muito grandes, diminuí drasticamente os percentuais para desmatamento, colocando exigências mais frequentes de avaliação e controle da economicidade agrária e das técnicas de manejo econômico utilizadas pelos proprietários destas áreas.

AZIZ AB'SÁBER é professor-titular de Geografia da Universidade de São Paulo (aposentado) e professor-visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA)

Lula e Covas são contra BR

Da Redação

Entre os candidatos à Presidência, apenas Lula e Covas são contrários à extensão da BR-364, através do Acre e Peru, até o oceano Pacífico. “O governo mal consegue manter as atuais estradas”, argumenta o candidato do PT. Covas afirma que não autorizará qualquer obra até apresentação de “rigoroso estudo sobre impactos ambientais”.

Collor diz que a BR-364 pode ser “uma possibilidade para atingir os mercados asiáticos”. Afif Domingos afirma que priorizará o transporte ferroviário, “de menor custo e maior eficiência para o transporte de carga”.

Para Roberto Freire, a pressão realizada pelos Estados Unidos sobre o Banco Mundial pela

não-liberação de verbas para o projeto é “pura interferência em questões internas, e não deve ser confundida com solidariedade internacional”. Para o candidato do PCB, a “rota do Pacífico é estratégica do ponto de vista do nosso desenvolvimento nacional”, mas “talvez seja melhor uma ferrovia.

Para Ulysses, o desmatamento tem servido de pretexto para “os que querem capturar nosso mercado” pressionarem pela não-concretização do projeto. “Mas não somos bobos, vendidos ou medrosos, vamos marchar para o Pacífico consultando os governos e as comunidades locais”, afirma o candidato do PMDB.

Maluf, Aureliano e Camargo também são favoráveis à construção da BR-364. (RF)

Há polêmica sobre conversão

Da Redação

A maioria dos candidatos à Presidência reage com horror à simples menção em se trocar parcelas da dívida externa brasileira por planos de preservação ambiental. O processo de conversão de dívida por natureza consiste basicamente no seguinte: entidades ambientalistas internacionais — estatais ou privadas — compram, no mercado secundário da dívida externa do Terceiro Mundo, títulos com deságio. Estas entidades se dirigem, então, aos países devedores e afirmam que não querem o pagamento, mas planos de preservação ambiental. Bolívia e Costa Rica já fizeram trocas.

Collor, Covas, Freire e Camargo admitem utilizar este mé-

todo ou procedimentos parecidos, sob condições. Para Collor, “internacionalizar a Amazônia é válido enquanto cooperação técnica e de recursos que visem a preservação de uma área importante para o mundo inteiro”. Covas diz que estes recursos devem ser aplicados “de acordo com os preceitos legais e os interesses nacionais.

Freire considera positiva a pressão internacional para que a Amazônia seja preservada, e afirma que aceitará “ajuda econômica desde que os projetos sejam de responsabilidade do governo e da sociedade brasileira”. Para Camargo, a prática é boa “resguardada a soberania”.

Lula, Maluf, Aureliano e Ulysses descartam o processo de conversão. (RF)

Planos são incompletos

Da Redação

Eliminados os projetos extrativistas, os candidatos ainda não definiram planos para promover o desenvolvimento sustentado da região, ou seja, implementar atividades econômicas que não necessitem subsídios de nenhuma outra região. A reforma agrária é fundamental para isto na opinião de Lula e Ulysses.

Lula pretende, ainda, redirecionar os recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), priorizando “pequenos e médios produtores e a indústria regional”. Maluf quer apoiar os projetos existentes e estimular a iniciativa privada a participar de novos planos. Ele não especificou se pretende fazer isto através de subsídios. (RF)

Afif conseguiu o auge da mesmice ao relatar como pretende desenvolver a região. “Onde houver áreas propícias à agricultura, desenvolver a agricultura. Onde a mineração é vocação natural, desenvolver a mineração. Também precisamos aproveitar o potencial turístico.” Para completar, uma declaração de amor à natureza: “Tudo sempre tendo em vista o equilíbrio ecológico”.

Freire quer investir recursos na pesquisa tecnológica para compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Camargo constata que 50% dos remédios são provenientes da flora, junta isto à variedade genética da Amazônia e lança a pergunta: “Será que pode estar aí a cura da Aids?” (RF)